ENERGIA ELÉTRICA — MUNICÍPIOS

— Os municípios que executam serviços de energia elétrica devem ser tidos como concessionários desse serviço público federal.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido o processo n.º 36-45, C.N.A.E.E., em que a Prefeitura Municipal de Palmeira recorre de intimação da Coletoria das Renditas Federais, em Palmeira, no Estado do Paraná, para pagar a importância de Cr\$ 1.770,00 (mil setecentos e setenta cruzeiros), relativa à taxa sobre kw

COMENTÁRIO

ENERGIA ELÉTRICA — EXPLORAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS

Põe, a decisão supra, em relêvo, aspectos interessantes do problema da exploração de energia elétrica, evidenciando a circunstância de constituir, hoje, tal exploração, um monopólio federal.

Acontece, porém, que essa nova orientação, quando foi adotada, encontrou certas situações já definitivamente firmadas, quer em relação a particulares, quer no tocante aos outros órgãos da federação, os Estados e Municípios.

dos anos de 1940 a 1944, e referente à usina elétrica do rio do Salto, de sua propriedade, usando da atribuição que lhes conferem o item V, letra b, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.699, de 24 de outubro de 1939, e o art. 14 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940 :

Considerando que, pelos seus acórdãos ns. 33, 34, 44, 63, 88, 90, 91, 92 e 95, este Conselho já decidiu que os Municípios que executam serviços de energia elétrica devem ser tidos como concessionários desse serviço público federal;

Considerando que, como dispôs o art. 2.º, § 3.º, da Lei de Tributação da Energia Elétrica, a taxa sobre o kw substitui, a partir de 1 de janeiro de 1940, quaisquer outras referentes à utilização de energia hidráulica ou respectiva estatística e deve, pois, ser cobrada sobre as usinas municipais;

Considerando o mais que do processo consta :

Acordam em negar provimento ao recurso.

Sala das sessões, em 9 de fevereiro de 1945. — A. Junqueira Ayres, Presidente. — Carlos Berenhauer Júnior, Relator. — Carlos Júlio Galliez Filho.

Fui presente : Alcides Vieira Pinheiro, consultor jurídico.

Relativamente a estes últimos, que se encontravam explorando diretamente a indústria elétrica, surgiu certa dificuldade para caracterizar sua situação jurídica em face do governo federal.

Dirimindo a controvérsia, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em vários acórdãos, cuja série foi iniciada pelo de n.º 33, decidiu que os Municípios deveriam ser considerados concessionários daquele serviço público federal, solução esta perfeitamente aceitável, mas que apresenta dificuldades técnicas.

Assim, por exemplo, via de regra, não existe com os Municípios um *instrumento* qualquer que fixe os aspectos fundamentais da concessão, o que até certo ponto não se coaduna bem com a figura jurídica desta última, a qual, normalmente, pressupõe um *contrato* 1.

Da mesma sorte, a concessão de serviço público costuma ser apontada como a exploração de serviço público *por particulares*, por "*impresa privada*" 2, e na hipótese em aprêço aparece como concessionário um *ente público*, o Município.

Apesar dessas dificuldades é, porém, indiscutível o acerto da decisão comentada.

C. A. Lúcio Bittencourt.

1. Cfr. MARIO GALLO, *I Rapporti Contrattuali nel Diritto Amministrativo*, pág. 187; GUIDO ZANOBINI, *Corso di Diritto Amministrativo*, vol. I, págs. 265 e segs.; S. ROMANO, *Corso di Diritto Amministrativo*, págs. 242 e segs.

2. LENTINI, *Istituzioni di Dir. Amministrativo*, vol. I, pág. 598.